



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Aos 27 dias do mês de abril de 2022, pelas 19:21 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato presencial

1. **Aprovação da ata n.º 2;**
2. **Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª \(GOV\)](#)
-Aprova o Orçamento de Estado para 2022;
Autor: Alexandre Simões (PSD);**
3. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP IL para audição urgente do senhor Ministro das Finanças Fernando Medina, do ex-Ministro de Estado e das Finanças e atual vice-reitor do ISCTE João Leão e do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Manuel Heitor;**
4. **Apreciação e votação do Regulamento da Comissão;**
5. **Deliberação sobre escrutínio da proposta do Programa de trabalho da Comissão para 2022 "Juntos por uma Europa mais forte" - [COM\(2021\)645](#);**
6. **Designação de autor de parecer sobre o [Relatório](#) anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021;**
7. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP CH para audição urgente conjunta do vice-reitor do ISCTE, Prof. João Leão, da reitora do ISCTE, Prof. Maria de Lurdes Rodrigues, do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Prof. António de Sousa Pereira e do Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Prof. Pedro Dominginhos;**



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

8. Outros Assuntos.

1. Aprovação da ata n.º 2;

A ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do BE.

2. Discussão e votação do parecer final da [Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª \(GOV\)](#)

-Aprova o Orçamento de Estado para 2022;

Autor: Alexandre Simões (PSD);

O Senhor Presidente submeteu o parecer final à discussão, dando a palavra ao Senhor Deputado Relator Alexandre Simões (PSD) para uma exposição breve sobre o mesmo. Ato contínuo, o Senhor Deputado, agradecendo ao Senhor Presidente, prometeu ser sucinto sem descuidar da importância do documento, estando disponível para os contributos que os demais Senhores Deputados considerassem adequados.

Na sua apresentação, disse terem sido tidos em conta os pareceres da UTAO e do CFP, estimando-se, num cenário de cariz macroeconómico, um crescimento do PIB de 4,9%, aliado a uma taxa de inflação de 3,7%, delimitada pela alteração de circunstâncias decorrentes da guerra na Ucrânia, determinando quer a revisão em baixa do crescimento económico global, quer a revisão em alta da taxa de inflação.

Nesta sequência, o Senhor Deputado afirmou que o Governo apresenta um conjunto de seis prioridades como resposta: a) a mitigação do choque geopolítico; b) o reforço do rendimento das famílias; c) o apoio à recuperação das empresas; d) o investimento na transição climática e digital; e) a recuperação dos serviços públicos; f) a consolidação orçamental.

Foi salientado que a taxa de emprego deverá subir 1,3% (em oposição em crescimento de 2,1% no ano anterior) e que a taxa de desemprego se estimará em 6%, prevendo-se uma redução de 1,9% do saldo de 2021 para 2022, bem como uma redução da percentagem da receita fiscal relativamente ao PIB, embora suba em termos absolutos.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Relativamente à Defesa, é de referir um crescimento de 5,9% (em especial no âmbito dos investimentos do PRR); na despesa corrente verifica-se um aumento com a despesa do pessoal de 3,6% e na despesa social constata-se um aumento de 3,8%.

Relacionada com este último aspeto, foi citada a despesa prevista no anterior Orçamento, referente ao pacote “Garantir para a Infância”, tendo havido uma redução significativa.

No tocante aos investimentos estruturantes, foram evidenciadas as principais fatias orçamentais, destinadas à educação, ensino superior, ferrovias e metropolitano.

Na dívida pública, prevê-se um decréscimo de 6,7% relativamente à rácio do PIB, atingindo cerca de 120,7% do PIB.

É de prever ainda uma melhoria da situação financeira das administrações públicas em contabilidade pública em saldo de execução provisória de 2021.

A receita total deverá crescer cerca de 10% face ao ano anterior, considerando o crescimento da receita fiscal, contributiva e de capital.

Nos impostos, os indiretos superam os diretos, com um acentuar de todos menos o ISP. Na Segurança Social, espera-se um aumento da receita pelo aumento das contribuições e com a redução das medidas atinentes ao combate à Covid-19.

No sector empresarial do estado, cita-se o plano de reestruturação da TAP, esperando-se um apoio do Estado na ordem dos 990.000.000 euros.

Foram ainda destacados vários alertas previstos no relatório do CFP, no qual se destacam diversos riscos para o cenário de crescimento económico, em grande medida influenciados pela guerra no leste da Europa.

Outros alertas foram mencionados com base no Parecer da UTAO, fazendo-se referência ao elevado grau de incerteza, desempenho da economia portuguesa, risco orçamental advindo da capitalização do Novo Banco e potenciais quebras de compromisso do Governo e Assembleia da República relativamente às obrigações de planeamento estratégico das finanças públicas.

Concluindo a análise, o Senhor Deputado Relator falou numa “visão de curto prazo” na política orçamental e num “regresso ao passado” que a votação final global do Orçamento deverá trazer, colocando-se à disposição dos demais Senhores Deputados para quaisquer esclarecimentos.

O Senhor Presidente agradeceu a exposição do Senhor Deputado Relator, abrindo a discussão e dando a palavra ao Senhor Deputado Miguel Matos (PS).



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Após agradecer o trabalho ao Senhor Deputado Relator, enfatizou alguns pontos que disse entender serem meramente opinativos em partes factuais do parecer, apresentando as seguintes observações e sugestões de alteração ao parecer: a) na página 19, onde o Senhor Deputado Relator mencionou o relatório da UTAO, sugeriu que se retirasse a respetiva referência, substituindo-se a mesma pelo ROE2022; b) no segundo parágrafo da mesma página, salientou o carácter opinativo da segunda frase, dizendo que esta não deveria constar, no seu entender, da secção em causa; c) na página 28, sugeriu a contextualização da citação do relatório da UTAO, de forma a incluir o respetivo ponto 29; d) No décimo parágrafo da página 28, pediu a inclusão do ponto 161 do relatório da UTAO, também para efeitos de contextualização; e) No ponto 16, propôs a eliminação da expressão “ilegal” dos considerandos, utilizada com base no relatório da UTAO, por entender que, não sendo esta unidade um tribunal nem lhe cabendo a aferição de ilegalidades, tal expressão teria um carácter opinativo.

O Senhor Presidente verificou que não havia mais nenhum pedido de palavra, pelo que esta foi novamente atribuída ao Senhor Deputado Relator Alexandre Simões (PSD), que acolheu as propostas apresentadas pelo Senhor Deputado Miguel Matos (PS). Defendeu ainda que o que pretendeu acolher não foram propriamente opiniões, mas sim alertas, avisos e posições de entidades técnicas.

Após o registo por parte dos serviços das propostas recebidas, procedeu-se à votação do parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do BE.

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP IL para audição urgente do senhor Ministro das Finanças Fernando Medina, do ex-Ministro de Estado e das Finanças e atual vice-reitor do ISCTE João Leão e do ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Manuel Heitor;

Atenta a matéria do requerimento em causa, propôs o Senhor Presidente que este fosse discutido juntamente com o requerimento mencionado no ponto 7. Sugeriu ainda a retirada dos mesmos, na medida em que, na reunião de Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares Permanentes, houve a reafirmação das competências de cada Comissão, assumindo a Comissão de Educação e Ciência a discussão do assunto relacionado com o financiamento do ISCTE, estando, pois, a abranger a matéria em causa.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Ao invés, as competências da Comissão de Orçamento e Finanças correspondem às áreas de tutela do Ministério das Finanças. Assim, ou se passariam, no limite, a fiscalizar todas as matérias (pois tudo é financiado pelo Ministério das Finanças) ou somente se fiscalizariam as áreas tuteladas pelo mesmo Ministério.

O Senhor Presidente deu a palavra ao proponente, Senhor Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL), para que se pronunciasse.

O Senhor Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL) afirmou que a perspetiva apresentada no requerimento estaria relacionada com a dotação orçamental para a educação, não se opondo à retirada da proposta.

De seguida, foi atribuída a palavra ao Senhor Deputado Rui Afonso (CH), proponente do requerimento visado no ponto 7, que partilhando da opinião anterior, aceitou igualmente a retirada da proposta.

Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que citou o “reverso da medalha do quadro que está traçado”: havendo, por exemplo, um problema com a Transtejo ou Soflusa, querendo-se ouvir o Ministro das Finanças, a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação deverá requerer à Comissão de Orçamento e Finanças a sua audição; outras personalidades sobre o mesmo tema serão ouvidas noutras Comissões.

4. Apreciação e votação do Regulamento da Comissão;

O Senhor Presidente disse que tinha entrado uma proposta de alteração do PS ao Regulamento. O Senhor Presidente disse considerar que não haveria grande interesse na sua discussão já na presente reunião, uma vez que o processo orçamental iria começar muito em breve, pelo que sugeriu que este tema fosse apreciado na reunião imediatamente a seguir à discussão do Orçamento, no que todos os Senhores Deputados anuíram.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que expôs a intenção do PSD de sugerir um aperfeiçoamento na redação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

5. Deliberação sobre escrutínio da proposta do Programa de trabalho da Comissão para 2022 "Juntos por uma Europa mais forte" - [COM\(2021\)645](#);

Foi designado o Senhor Deputado Relator Miguel Iglésias (PS), como autor do parecer para o escrutínio referido no ponto 5.

6. Designação de autor de parecer sobre o Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – 2021;

Foi designado o Senhor Deputado Relator Joaquim Miranda Sarmento (PSD), para a elaboração do Relatório referido no ponto 6.

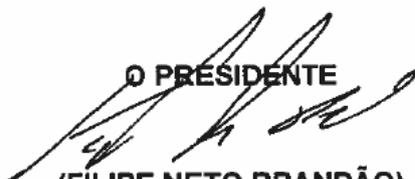
7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP CH para audição urgente conjunta do vice-reitor do ISCTE, Prof. João Leão, da reitora do ISCTE, Prof. Maria de Lurdes Rodrigues, do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Prof. António de Sousa Pereira e do Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Prof. Pedro Dominginhos;

Remete-se o presente tema para o ponto 3, momento em que foi discutido.

8. Outros Assuntos.

A reunião foi encerrada às 19:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 abril 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Joaquim Miranda Sarmiento (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carlos Guimarães Pinto (IL)
Bruno Dias (PCP)
Inês De Sousa Real (PAN)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Pereira (PS)
Hugo Pires (PS)
Jamila Madeira (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Mariana Mortágua (BE)